

reador Lela, do Município de Volta Redonda; Vereador Nilinho e Secretário de Assistência Social de Búzios; Rosilani Rangel, Secretária de Defesa dos Direitos do Idoso de Campos; Yedda Gaspar, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro; Dina Frutuoso, Professora Doutora da UFRJ e Psicóloga Clínica; Célio, Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Barra Mansa; Marlene Rodrigues, Vice-Presidente do Conselho do Idoso, de Guapimirim; Manuel Messias dos Santos, da Associação dos Aposentados de Volta Redonda; Cristiane Lamarão, Secretária de Assistência Social e Política do Idoso de Queimados; Daniele, Psicóloga, do Município de Volta Redonda e Marcos Lopes Heleno, Diretor Jurídico da Associação Estadual das ILPIs. O Senhor Presidente, Deputado Munir Neto, destacou a importância de discutir e contribuir para a política de defesa, promoção e bem-estar das pessoas idosas do Estado do Rio de Janeiro, para que seja garantida a cidadania e a plenitude de direitos. Salientou que o trabalho de excelência realizado no Município de Volta Redonda com a pessoa idosa e o desejo de trazer os vários projetos e programas de Volta Redonda que deram certo, para todo o Estado do Rio de Janeiro. Acentuou que Volta Redonda é uma cidade diferenciada na questão do trabalho com a pessoa idosa, que o Prefeito Neto, em seu 5º mandato continua com o olhar diferenciado para a pessoa idosa e com um trabalho de excelência. Informou a honra de ter sido Secretário de Assistência Social por 15 anos e contribuiu com o avanço no trabalho com a pessoa idosa. Destacou que vários municípios do Estado também fazem um trabalho muito bom, mas, realmente, a continuidade do trabalho é que faz a eficácia. Ressaltou que o diálogo é sempre o melhor caminho, porque tanto o Ministério Público quanto Defensoria Pública e o Poder Executivo querem o melhor para os municípios. Elogiou o Promotor Público, Dr. Leonardo e que faz uma diferença muito grande como promotor em Volta Redonda. O Senhor Presidente ressaltou que é Deputado de primeiro mandato, mas abraçou a causa, que já fazia no Executivo e agora no Legislativo, e informou que seu gabinete está à disposição de todos que precisarem e quiserem conversar. Continuando, que sua equipe é especializada e experiente na defesa dos direitos da pessoa idosa, e está comprometida a trabalhar para melhorar a qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro, principalmente das pessoas idosas. Informou que assumiu o Disque Pessoa Idosa no seu gabinete, capacitou a equipe e está atendendo qualquer tipo de demanda. O número do Disque Pessoa Idosa é 0800 023 9191. Informou que a Vice-Presidente, Deputada Tia Ju, infelizmente, não pode participar, mas gentilmente fez questão de desejar boas-vindas a todos. Agradeceu a comissão vinda de Volta Redonda, a Mariana, representando a Secretária Municipal de Assistência Social, Carla Duarte; a Danielle, Coordenadora do Centro Dia da Pessoa Idosa com Alzheimer; a Rose, Coordenadora do Centro Dia da Pessoa Idosa, o senhor Vída, Presidente do Conselho de Direitos da Pessoa Idosa de Volta Redonda; o Diretor da Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda; Yedda Gaspar; o senhor Nilinho de Búzios; o Secretário de Assistência Social de Barra Mansa, Manuel Messias e várias autoridades presentes, companheiros que levarão para os seus municípios diretrizes para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. O Senhor Presidente se comprometeu a dialogar com a bancada do seu partido em Brasília para acompanhar com carinho a tramitação e as votações ligadas aos direitos dos idosos. A Dra. Cristiane Branquinho, Promotora Pública, titular da Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Proteção ao Idoso, informou que o Estado do Rio de Janeiro é o 3º Estado mais populoso do Brasil, o 2º com a maior população idosa e o 1º com mais idosos em situação de risco e vulnerabilidade social; que a maior parte da população é de pessoas que ganham em torno de um salário-mínimo, com pessoas que estão entre 60 e 65 anos, que não têm direito ao BPC, Benefício de Prestação Continuada; que a Ouvidoria do Ministério Público recebeu até abril de 2023, cerca de 600 ouvidorias noticiando situações de violência contra a pessoa idosa, com prevalência na negligência, no abuso financeiro e na violência psicológica; através do e-mail do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Proteção ao Idoso, recebeu denúncia do Samu, informando que idosos em situação de risco que são encaminhados para um estabelecimento hospitalar, sequer têm condições de sair do local. Relatou que o maior número de denúncias relacionadas ao autor da violência contra o idoso é de familiares; que essas violências, na maioria dos casos, acontecem dentro das residências. Destacou que entre os casos denunciados existem aqueles com pessoas idosas cuidando de pessoas idosas, pessoas idosas tendo que cuidar de seus filhos com transtorno mental, pessoas idosas que começam a demência e ficam impossibilitados de cuidar dos seus filhos; e filhos que não residem mais com os pais idosos, ou mesmo idosos que sequer têm filhos. Informou que o retrato da situação do Estado não se distancia dos demais estados do Brasil, e afirmou que esta é uma realidade mundial. Relatou que o Estatuto da Pessoa Idosa tem o princípio da proteção integral, da solidariedade universal, a prioridade na implementação de políticas públicas e na dotação orçamentária. Identificou que este problema é de toda a comunidade, da sociedade e do poder público, lamentou que o orçamento dos municípios, dos estados, inclusive da União Federal é uma utopia, mas afirmou que é preciso que sejam adotadas ações afirmativas para efetivar o direito à saúde, à convivência comunitária, ao direito à liberdade, a uma qualidade de vida, ou seja, à dignidade. Relatou que as famílias estão com sobrecarga, há um esgotamento emocional que leva à prática da situação de violência; as pessoas estão sozinhas, sem políticas públicas que permitam que elas tenham um suspiro e naquele momento elas possam se cuidar, como acontece por exemplo, no Centro Dia de Volta Redonda. Destacou que a demência é um problema de saúde pública, segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde; a população que mais cresce é a população idosa, mas o maior número é de pessoas acima de 80 anos, com declínio da sua capacidade funcional e o aumento do quantitativo de pessoas com demência; a situação envolve os familiares, cuidadores, e todas as pessoas em torno; não existem espaços onde essas pessoas possam ser socorridas, são síndromes geriátricas, alterações comportamentais, de agressividade muitas vezes, com desorientação; lamentou que existem no Estado do Rio de Janeiro, 522 instituições de longa permanência para idosos particulares e um número reduzidíssimo, de cerca de 13 instituições públicas, um quantitativo diminuído; continuando, que as instituições sem fins lucrativos e até as privadas, tem passado por algumas situações de dificuldade financeira, porque o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, legislação que trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, que permite a realização de parcerias, os municípios não fazem termos de fomento nem de colaboração que possam auxiliar essas instituições, que precisam de socorro para poderem atender pessoas idosas; destacou que este é o momento, do Legislativo, do Executivo e da sociedade civil pensar juntos a Política Estadual e Nacional da Pessoa Idosa, para que saia do papel e que se possa dar dignidade às pessoas idosas. O Dr. Valmery Guimarães, titular do Núcleo especial de Atendimento à Pessoa Idosa, relatou que teve a oportunidade de conversar com o Deputado Munir Neto e trazer algumas ideias e projetos de lei, que o Deputado foi muito receptivo. Informou dados de pesquisa de 2017, um pouco defasados, mas os mais recentes. Nesta pesquisa o Brasil teria na época em torno de 30 milhões de pessoas idosas; de 2012 para 2017 foi um salto de 4 milhões, se essa tendência continuou, hoje, nós estaríamos com mais ou menos 34 milhões de pessoas idosas. Continuando, segundo consta nas informações do IBGE, 18% dessa população está no Rio de Janeiro, uma grande população de pessoas idosas. Afirmou que a questão do orçamento do Estado do Rio de Janeiro é realmente grave e a sociedade está envelhecendo. Informou que a Defensoria Pública e o Ministério Público contam com a Alerj, porque a lei, sendo bem-feita, pode ajudar muito. Informou que o papel da Defensoria Pública é de cobrar da Alerj e do Poder Executivo, o cumprimento da legislação, o cumprimento das políticas públicas, pois a legislação é muito boa, mas na prática tem um abismo entre o que está na lei e o que acontece. Continuando, que a Defensoria Pública criou um núcleo especializado, onde trata única e exclusivamente da pessoa idosa; a demanda deve ter alguma relação direta ou indireta com a condição

de idoso, com a vulnerabilidade. O atendimento pode ser coletivo ou individualizado, na maioria das vezes, temos uma família de poucos recursos, pessoas que não podem ajudar muito financeiramente; encaminhamos para a mediação, que é diferente da conciliação, porque ela se caracteriza por permitir que as pessoas cheguem a um acordo. Quando isso não funciona, ou dependendo do caso, chamamos os familiares, através de notificação, e tentamos conscientizar os filhos da responsabilidade de cada um de cuidar do pai ou da mãe, e fazer um acordo. Temos sucesso na maioria das vezes e algumas vezes temos que ameaçar notificar o Ministério Público, para investigar crime; neste caso ficam propícios a cooperar. Às vezes eles assinam e depois não cumprem o acordo. Neste caso, temos que entrar com uma ação de execução do acordo. O objetivo primeiro da Defensoria é o bem-estar da pessoa idosa. A Presidente da Fundação Leão XIII, Luciana Calça, relatou que veio da sociedade civil e por mais de 20 anos dirigiu unidades de acolhimento de idosos e unidades de acolhimento da infância. Lamentou a dificuldade de dirigir uma ILPI e se solidarizou com os dirigentes presentes. Continuando, que no poder público, por causa do excesso de burocracia, às vezes é preciso implorar para conseguir resolver os problemas. Comemorou a grata surpresa de ter o secretário atual completamente comprometido e trabalhando em conjunto com as mais diversas secretarias. Informou que a Fundação Leão XIII é uma autarquia ligada à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que possui dois abrigos de idosos e um de adultos da Pessoa com Deficiência em Itaipú, e realiza esta administração em parceria com a Secretaria de Envelhecimento Saudável. Relatou a questão da falta de documentação básica ainda dentro das ILPIs e informou que a Fundação está realizando o trabalho de busca ativa para acelerar a questão da documentação básica na garantia de direitos. Informou ainda que organiza em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Digital e a Receita Federal a fomentação da documentação básica e a regularização de CPF, e trabalha para fomentar e capacitar as equipes para a questão da documentação básica e da busca ativa. Parabenizou a equipe de Volta Redonda, e convidou todos a visitar as políticas públicas que estão sendo feitas para a população idosa no município; são políticas que reduziram drasticamente o número de acolhidos com esse investimento que o município está fazendo para a qualidade de vida do idoso. Convidou a quem precisar de esclarecimentos, para ir em seu gabinete que está aberto para todos. Informou que está aberta a ideias, o que puder fazer para a contribuição da qualidade de vida da população idosa, porque a missão solicitada pelo governador foi que a política do idoso seja feita e fortalecida. A Dra. Sandra Rabello, Coordenadora de Projetos de Extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade - UNATI da UERJ e Especialista em Gerontologia, informou que coordena a área de extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade, um projeto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que esse ano completa 30 anos de existência, e tem dado muitas contribuições para o envelhecimento aqui no Estado do Rio de Janeiro. Continuando, que são geradores de pesquisas científicas na área do envelhecimento, possui dois ambulatórios, um que atua na área do cuidado da pessoa com demência e outro que trabalha na promoção da saúde. Também são desenvolvidos cursos de formação: curso de formação de cuidadores de pessoas idosas, cursos de mediação de conflitos na intergeracionalidade e outros cursos relacionados ao processo de envelhecimento. Relatou que a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, a qual faz parte, é uma sociedade médica que visa desenvolver também pesquisas e ações para o envelhecimento ativo saudável. Declarou que a sociedade tem um compromisso de que possamos realmente construir políticas para o Estado do Rio de Janeiro, somos fluminenses, vivemos nessa cidade. Destacou que o envelhecimento é um fenômeno social, por isso é importante reconhecer a expectativa de vida que foi alcançada por nós brasileiros e alguns determinantes favoreceram essa expectativa de vida, por exemplo, o Sistema Único de Saúde, que democratizou a saúde no país e garantiu práticas em saúde para toda a população. Informou que esse foi um elemento significativo para entender a longevidade que atravessamos no Brasil desde o final dos anos 1970, vivendo com qualidade de vida, com dignidade e lutando por um momento mais significativo ainda do que foi toda a nossa trajetória de vida. Afirmou que vivemos um cenário de centenários, com pessoas chegando aos 100 anos. Destacou que no Rio de Janeiro, duas leis de que participou das audiências e conversou com os parlamentares, são leis que fomentam e complementam toda essa luta em direção aos direitos da pessoa idosa, que é a Lei Estadual nº 7.332, que estabelece normas para o exercício da atividade profissional do cuidador de pessoas idosas e a Lei Estadual nº 8.049, que estabeleceu o funcionamento das instituições de longa permanência no âmbito do Rio de Janeiro. Colocou à disposição de todos a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através da Unati, um grande centro de convivência, um trabalho sólido na área do envelhecimento dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com acessibilidade; a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia aqui no Rio de Janeiro está à disposição realizando eventos, cursos, encontros, que em 2024 terá o Congresso do Rio de Janeiro para a área do envelhecimento. A Sra. Maria José Ponciano, Presidente do Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, relatou que atualmente está representando a sociedade civil no conselho, e que as mudanças constantes dos secretários e dos servidores comissionados dificultam o trabalho. Relatou que como representante da sociedade civil fica sem interlocução, sem poder dar continuidade às políticas públicas necessárias, fez um apelo aos Senhores Deputados, o Executivo e o Legislativo são dois, senhores, não dá para servir a dois senhores ao mesmo tempo porque se vamos falar de políticas públicas não podemos estar nesse papel. Afirmou que o Deputado precisa ficar os quatro anos como Secretário ou ele vai bloquear as políticas públicas. Continuando, que o Secretário tenta na sua gestão fazer essa política, mas não dão continuidade, então, não serviu, isso é currículo, mas não é política pública, porque a continuidade do trabalho é que faz a eficácia. Destacou duas propostas para a comissão, precisamos de Centro Dia, que é fundamental, a proposta do cumprimento do artigo 22 do Estatuto do Idoso, que fala que nos currículos mínimos o envelhecimento tem que ser ensinado. Afirmou que conscientizar em todos os níveis do ensino sobre a questão do envelhecimento e a violência doméstica, vai reduzir drasticamente o abandono da pessoa idosa. Destacou a segunda proposta de que quando se fala da valorização da pessoa idosa, a partir de 60 anos, é preciso ter atenção à questão da capacitação do trabalhador de mais idade, a partir de 45, 50 e 55 anos de idade, porque na medida em que temos reforma da previdência que aumenta o tempo de permanência no trabalho, o servidor que vai ficar mais tempo no mercado trabalhando antes de se aposentar, precisa ter uma capacitação e uma atualização para que ele não seja jogado na lata do lixo. Finalizou afirmando que na medida em que se trabalha mais tempo, que se dê atenção, tanto nas empresas públicas como nas privadas, à capacitação e à constante atualização dos funcionários de mais idade. O Dr. Alexandre Isquierdo, Secretário Estadual Intergovernamental de Juventude e Envelhecimento Saudável, declarou que o Governador Cláudio Castro após a sua reeleição o convidou para estar à frente da Secretaria Intergovernamental de Juventude e Envelhecimento Saudável, pasta que terá protagonismo e a devida relevância, em sistemas tanto da juventude quanto de envelhecimento saudável. Relatou que está reestruturando a secretaria com a ideia de executar políticas públicas para todo o Estado, ouvindo todos os órgãos que tenham a transversalidade dessa secretaria para entender as demandas e começar a agir. Afirmou que sua intenção é de começar a implantar em 2023 os Centros de Referência e Atenção à Pessoa Idosa. Continuando, que a proposta inicial, é que o governo libere orçamento para que se possa implantar 7 Crapis ainda em 2023 e lamentou que a burocracia possa atrapalhar, propôs também um disque-idoso no Estado funcionando de segunda a segunda, 24 horas por dia, "linkado" com a Polícia Civil, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público, com a Polícia Militar e com a Guarda Municipal, para de fato ser um disque-idoso com efetividade. Informou que a Dra. Sandra Rabello propôs junto com a Unati, Uerj, a promoção de um curso de capacitação para 1.500 líderes, servidores, para trazer o olhar do cuidado com o idoso, são propostas que o Governador quer que sejam executadas plenamente até o final do seu mandato. O Coordenador do Creas de Barra Mansa, senhor Célio solicitou que a promotória, o Senhor Deputado e o

Secretário, que com urgência se unissem para proibir empréstimos para pessoas idosas sem uma avaliação psicossocial, que haja uma legislação que proteja o idoso e proíba empréstimo sem uma avaliação da saúde mental, porque existe um alto índice de idosos que estão sendo roubados pelos filhos e pelos netos, e os bancos realizam empréstimos por aplicativo e são incontáveis as reclamações dos idosos e solicitou ainda que a pessoa que se for comprovado que lesou o idoso, seja punida pelo dano causado. A senhora Marlene Rodrigues, Vice-Presidente do Conselho do Idoso de Guapimirim, destacou que o Conselho necessita urgentemente de transporte, um veículo, porque 50% dos membros são da sociedade civil, são voluntários. Relatou que os membros do conselho buscam e recebem as denúncias, fazem as visitas e trazem para o Ministério Público a demanda. Declarou que os conselhos precisam ter mais garantia, principalmente na área de transporte, e o conselho é vinculado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Solicitou que o Senhor Presidente leve para Brasília a demanda de uma Legislação, o cartão nacional do idoso, porque quando os idosos saem do Estado do Rio de Janeiro, passam vergonha, porque os outros Estados não aceitam o cartão estadual para o transporte. A senhora Daniele, Psicóloga, e gestora do Centro para idosos com Alzheimer do Município de Volta Redonda sugeriu ao senhor Secretário, que seja implantado nos Crapis a proposição do processo de envelhecimento ainda na primeira infância, a discussão sobre o que é o cuidado, pois temos uma sociedade que afirma que o cuidado é feminino e somos testemunhas no longo processo de envelhecimento, de mulheres extremamente adoecidas e sobrecarregadas com essa afirmação. Continuando, que é preciso falar sobre envelhecimento e ensinar os meninos e os homens desta necessidade, e sugeriu também que as mães ensinem a esses meninos que o cuidado deve ser partilhado, com a sua própria mãe, com as suas irmãs e com as suas esposas. Concluiu que provavelmente, poderemos ter gerações que ajudem e partilhem esse cuidado, que a ajuda não seja apenas financeira. Informou que o jovem precisa saber que as pessoas não envelhecem aos sessenta anos ou mais, todos nós estamos envelhecendo todos os dias e o processo de envelhecimento é uma construção. O senhor Marcos Heleno, Diretor Jurídico da Associação Estadual das Instituições de Longa Permanência do Estado do Rio de Janeiro, destacou que na Lei Estadual nº 8.049 de 17/07/2018, o custo para manter uma ILPI e cumprir todas as exigências, acaba sobrecarregando o preço da mensalidade para a pessoa idosa ser institucionalizada. Sugeriu que seja analisada esta questão, porque, com o tempo, a natureza de uma ILPI foi mudando, ela começou como uma assistência social de cuidados e hoje se exige muitas questões da área de saúde, que aumenta o custo dessa institucionalização. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a comissão vai continuar com as audiências e o diálogo que é essencial com a sociedade civil. Continuando, que é preciso dar continuidade aos projetos, independente de quem esteja governando, para que as políticas públicas contribuam para a defesa, promoção e bem-estar das pessoas idosas do Estado do Rio de Janeiro. Como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Munir Neto, agradeceu a presença de todos, e suspendeu a reunião para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada, assinada por mim, João Batista Nascimento, secretário, matrícula 201.501-4 e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das comissões, em vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três. (a) João Batista Nascimento - Secretário, matrícula 201.501-4; (a) Deputado Munir Neto - Presidente

COMISSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, as quatorze horas, por meios digitais, reuniu-se a Comissão de Servidores Públicos, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; e Filipe Soares membros efetivos, Erika Takimoto e Júlio Rocha, suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 4ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital publicado anteriormente. A seguir, a Senhora Presidente iniciou os trabalhos informando que a presente reunião tem por objetivo deliberar a audiência pública para tratar da regulamentação da Lei Orgânica da Polícia Civil, especialmente dos direitos e vantagens. (Lei complementar nº 204, de 30 de junho de 2022), conforme requerimento da Deputada Martha Rocha, de 08 de agosto de 2023. Posto em discussão e votação, a audiência pública foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e esforço de todos e deu por encerrada a presente reunião extraordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (meios digitais), dez de agosto de dois mil e vinte e três. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, matrícula nº 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha, Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI - DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E FORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CIBERNÉTICA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 31/2023)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dez horas e sete minutos, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 31/2023, para a realização da 3ª Reunião Ordinária, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com as presenças das Senhoras Deputadas Índia Armelau - Relatora, Dani Monteiro, Zeidan e do Senhor Deputado Luiz Paulo, membros efetivos da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente justificou as ausências das Senhoras Deputadas Tia Ju - Vice-Presidente e Franciane Motta, em virtude de cumprimento de agenda externa. Após, informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião seria a realização de exposição e debate sobre o tema "Crimes Cibernéticos Praticados contra a Mulher", com as participações do Dr. Pablo Sartori, Delegado Titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; da Dra. Bárbara Lomba Bueno, Delegada Titular da Delegacia de Atendimento à Mulher de São João de Meriti - Polícia Civil do Rio de Janeiro; do Dr. Hélio Ricardo da Fonseca Santos, Diretor e Perito Criminal do Instituto de Criminalística Carlos Éboli - ICCE; e do Dr. Liu Tsun Yaei, Perito Criminal do ICCE. Em seguida, a Senhora Deputada Martha Rocha agradeceu a presença de todos os convidados e mencionou sobre o aumento no número de casos de violência cibernética contra a mulher, com base nos dados do Dossiê Mulher de 2022, feito pelo Instituto de Segurança Pública - ISP. Prosseguindo, a Senhora Presidente passou a palavra ao Dr. Pablo Sartori, que relatou não ter uma ideia exata de como os crimes de informática estão afetando as mulheres, baseado em seu trabalho na DRCI, pois as vítimas desse tipo de violência são orientadas a procurarem as Delegacias de Atendimento à Mulher - DEAM, que contam com treinamento diferenciado para atendê-las. Retomando o uso da palavra, a Senhora Presidente sugeriu que a Comissão, ao elaborar o Relatório Final, proponha destinar mais recursos do Orçamento para as áreas de Tecnologia da Polícia Civil. Com a palavra, o Dr. Liu Tsun Yaei relatou as dificuldades encontradas para realizar as investigações dos crimes cibernéticos, devido à defasagem de equipamentos disponíveis pelo ICCE, muito por conta da demora para se realizar o procedimento licitatório para aquisição de novos equipamentos, necessários para acompanhar os avanços tecnológicos. Em seguida, o Dr. Hélio Ricardo iniciou uma apresentação sobre o trabalho de Perícia Criminal realizado pelo ICCE, cujos slides encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria da Comissão. Dentre os tópicos abordados estão: os tipos de crimes